

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS NA BIBLIOTECA ESCOLAR: o papel do/a bibliotecário/ na aplicação da Lei 10.639/03

FORMATION AND DEVELOPMENT OF COLLECTIONS IN THE LIBRARY SCHOOL: the role of the librarian in the application of the Law 10.639/03

Larissa Rosa de Oliveira 
Universidade Federal de Goiás

Emily Mendonça Oliveira 
Universidade Federal de Goiás

RESUMO

Trata-se de estudo sobre o papel do/a bibliotecário/a na formação e desenvolvimento de acervos na biblioteca escolar, com enfoque na inserção de materiais bibliográficos que atendam à Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e que fomentem discussões sobre a temática racial e/ou indígena nas escolas. Objetiva estabelecer enlaces teóricos sobre a ampliação de acervos que contemplem livros sobre História e Cultura Afro-Brasileira, e sobre a presença do/a bibliotecário/a nas atividades desenvolvidas dentro da biblioteca escolar. Justifica-se pelas gritantes desigualdades sociais e educacionais do país, bem como pela necessidade da construção de uma educação antirracista e que incentive o protagonismo negro nas instituições de ensino. Seus resultados comprovam a importância da biblioteca escolar enquanto espaço de construção social e que permite o fomento de discussões com seus/suas usuários/as, especialmente quando também é estruturada com conteúdos referentes à História Afro-brasileira. Configura-se como pesquisa qualitativa, com caráter descritivo e pautada em levantamento bibliográfico e documental. Conclui que é essencial a presença de bibliotecários/as nas instituições escolares do país, atuando nas bibliotecas e desenvolvendo projetos que incentivem práticas antirracistas no Brasil.

Palavras-Chave: Bibliotecas escolares. História e Cultura Afro-Brasileira. Educação Antirracista.

ABSTRACT

This is a study on the role of the librarian in the formation and development of collections in the school library, focusing on the insertion of bibliographic materials that comply with Law 10,639, of January 9, 2003, and that foster discussions on racial and/or or indigenous in schools. It aims to establish theoretical links on the expansion of collections that include books on Afro-Brazilian History and Culture, and on the presence of the librarian in the activities developed within the school library. It is justified by the country's glaring social and educational inequalities, as well as the need to build an anti-racist education that encourages black protagonism in educational institutions. Their results prove on the importance of the school library as a space for social construction and that allows the promotion of discussions with its users, especially when it is also structured with contents referring to Afro-Brazilian History. It is configured as qualitative research, with a descriptive character and based on a bibliographic and documentary survey. It concludes that the presence of librarians in school institutions in the country is essential, working in libraries and developing projects that encourage anti-racist practices in Brazil.

Keywords: School libraries. Afro-Brazilian History and Culture. Anti-racist Education.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a biblioteca escolar é espaço de grande potencial educativo, sendo considerada por autoras como Costa (2013), como ambiente importante no desenvolvimento do/a estudante, seja em âmbito social quanto intelectual. São equipamentos culturais voltados para o acesso à informação da população, ancorados na educação, na cultura e no lazer, direitos regulamentados pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988, não paginado).

Apesar dos cortes de verbas frequentes ocasionados pelas entidades governamentais e da parca existência de políticas públicas que fomentem sua construção, manutenção e expansão, as bibliotecas escolares sobrevivem como faróis, iluminando o caminho da Educação Básica no país (OLIVEIRA, L., 2022).

É ambiente que incentiva a diversidade, a busca pelo conhecimento e capaz de fomentar discussões sobre temáticas importantes para o desenvolvimento social, os direitos e deveres dos/as usuários/as enquanto cidadãos/ãs (SILVA, M., 2018), e como tal, trabalhar, também, questões raciais e indígenas dentro das instituições de ensino.

A partir disso, se faz relevante discutir como o/a bibliotecário/a pode atuar como mediador nas ações voltadas para a discussão dessas temáticas nas bibliotecas escolares, fundamentado nos dispostos da Lei 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003, não paginado).

Para isso, é objetivo do presente estudo estabelecer enlances teóricos sobre a importância do uso dos materiais indicados na Lei 10.639/03, como base para a formação e desenvolvimento de acervos nas bibliotecas escolares de todo o país. Além disso, intenta constituir reflexões sobre o papel do/a bibliotecário/a e da biblioteca escolar na formação de leitores/as e no incentivo a práticas antirracistas, bem como elucubrar sobre como a

biblioteca escolar se insere como equipamento pedagógico para o fomento de discussões raciais e indígenas dentro das instituições de ensino.

Desse modo, o estudo é justificado pelas desigualdades sociais, financeiras e raciais existentes no Brasil, que precisam ser discutidas e debatidas desde a primeira infância, de modo a minimizar o impacto da cultura racista em que vivemos, ao longo do tempo. Esse racismo está entranhado no Brasil desde a colonização, pautado numa superiorização irracional dos/as portugueses/as em relação à população africana e indígena, estabelecida a partir da segregação, da exploração e da escravidão (ORTEGAL, 2018).

Percebe-se, assim, o papel de pesquisas voltadas para o incentivo a práticas antirracistas na atualidade, que enfatizem o protagonismo negro e valorizem a cultura afro-brasileira. E, dentro da biblioteca escolar, isso é possível a partir da existência de um acervo repleto de obras que discutam a temática racial e indígena, apresentando às crianças histórias sobre diversidade, multiculturalidade e respeito.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, constitui-se como pesquisa de abordagem qualitativa, já que, como apontam Gerhardt e Silveira (2009), tem como objetivo esclarecer aquilo que está sendo pesquisado. É na pesquisa qualitativa que o “pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas” (GODOY, 1995, p. 21). Para a autora, a pesquisa documental é pertinente e vantajosa quando aplicada à pesquisa qualitativa (GODOY, 1995), como no presente caso, onde é necessário o levantamento e análise de documentos e legislações, para tecer enlaces sobre a temática racial e antirracista.

Além disso, o estudo se estrutura ainda como pesquisa bibliográfica, visto ter uma dimensão social e crítica do ambiente que o cerca (SEVERINO, 2007), além de objetivar aprimorar e atualizar o conhecimento a partir “de uma investigação científica de obras já publicadas (SOUSA; OLIVEIRA; ALVES, 2021, p. 65), onde se busca discutir sobre o papel do/a bibliotecário/a de uma formação e desenvolvimento de acervos que incluam temáticas raciais nas bibliotecas escolares.

Não obstante, tem viés descritivo, ao apresentar “características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza” (VERGARA, 1998, p. 45). Além disso, a pesquisa descritiva tem como objetivo observar a realidade, incluindo-se aqui os problemas que as perpassam e suas características principais (ZANELLA, 2011).

Por fim, traz como fundamentação teórica principal documentos normativos como o Manifesto IFLA/Unesco para as bibliotecas escolares (1999) e a Lei 10.639/03, além de pesquisas realizadas por autores como Maroto (2012), Oliveira, E. (2019), Ortegá (2018), Cavalleiro (2001), Hillesheim e Fachin (1999), Bretas (2014), Lima e Cardoso (2013), Munanga (2008), Oliveira, L. (2019; 2022) e Viana e Pieruccini (2015).

3 BIBLIOTECA ESCOLAR

Segundo a Lei 12.244/2010, de 24 de maio de 2010, considera-se biblioteca escolar “a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010, não paginado), com, no mínimo, um título por aluno/a matriculado/a (*loc. cit.*, não paginado).

De acordo com o Manifesto IFLA/Unesco para biblioteca escolar, tem como missão fomentar o ensino-aprendizagem dos/as estudantes/as, estimulando pensamento crítico e o incentivo à leitura, não estando sujeita a qualquer tipo de censura nas discussões lá estabelecidas (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 2), Seu papel é central no desenvolvimento crítico de seus/as usuários/as, e, embora seja espaço desvalorizado no país, sendo considerado por muitos como “depósito de livros” (MAROTO, 2012) e não receba investimentos e nem quadro de pessoal apropriado, tem imenso potencial formador e de incentivo à leitura (VIANA; PIERUCCINI, 2015).

Autoras como Nóbrega (2008) e Maroto (2012) também discutem sobre o papel da biblioteca escolar dentro das instituições de ensino, considerando-o como ambiente relevante e que influi positivamente do desenvolvimento social, cognitivo e intelectual de seus/as usuários/as.

Para Silva, R. (2009, p. 116) é ambiente criado para cooperar “com as ações da escola, pois fornece aos estudantes espaço para pesquisa e estudos nos momentos de aprendizagem”, ao mesmo tempo em que estimula o sentimento de pertencimento em seus/as usuários/as, numa relação intrincada entre espaço e seus/as usufruidores/as (OLIVEIRA, E., 2019; FONTES, 2019).

Seu acervo deve ser “devidamente tratado (registro, catalogação, classificação, indexação, preparação para empréstimo) e facilmente acessível aos seus usuários” (HILLESHEIM; FACHIN, 1999, p. 72), voltado para as necessidades da comunidade e alinhado com as diretrizes políticas pedagógicas da instituição de ensino. Deve ser atualizado, diverso e voltado para as necessidades informacionais dos diferentes povos e culturas que compõem a sociedade (LIMA; CARDOSO, 2013).

Configura-se, portanto, como espaço pedagógico, que, apesar de integrante do processo educativo, possui viés distinto (BRETAS, 2014). Oliveira, L. (2019) reforça que a biblioteca escolar, apesar de ser essencial nas ações de incentivo e formação de/a leitores/as, tem papel abrangente, podendo ser considerado um “centro de aprendizagem e de formação social crítica e reflexiva para os (as) seus (suas) usuários (as) (OLIVEIRA, L., 2019, p. 17), sendo vista, inclusive, como centro de investigação e conhecimento ou uma espécie de laboratório (HILLESHEIM; FACHIN, 1999), permitindo que a informação seja disponibilizada à seus/suas usuários/as de acordo com suas necessidades (VIANA; PIERUCCINI, 2015), ao mesmo tempo em que se alinha ao projeto político pedagógico da instituição.

Trata-se de espaço essencial no processo de ensino-aprendizagem, mas que, para completa utilização de suas possibilidades, necessita de estrutura física apropriada, gestão de um/a bibliotecário/a capacitado/a, incentivo financeiro e parceria dos demais membros da comunidade escolar (OLIVEIRA, L., 2019).

Tem como objetivos:

- apoiar e intensificar a consecução dos objetivos educacionais definidos na missão e no currículo da escola;
- desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida;
- oferecer oportunidades de vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;

- apoiar todos os estudantes na aprendizagem e prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas, suportes ou meios, incluindo a sensibilidade para utilizar adequadamente as formas de comunicação com a comunidade onde estão inseridos;
- **prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas idéias, experiências e opiniões;**
- **organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade;**
- trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola;
- **proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de cidadania responsável e ao exercício da democracia;**
- promover leitura, recursos e serviços da biblioteca escolar junto à comunidade escolar e ao seu derredor (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 2-3, **grifo nosso**).

A partir dos objetivos destacados no Manifesto IFLA/Unesco para biblioteca escolar, percebe-se o papel da biblioteca na discussão de temáticas relevantes para os seus/as usuários/as, e, conseqüentemente, para toda a sociedade, tomando consciência cultural e social em relação ao que os cerca. Isso é corroborado por estudos de autoras como Hillesheim e Fachin (1999, p. 70), que afirmam: “além de despertar o gosto pela leitura como forma de lazer, um dos objetivos da Biblioteca Escolar é a formação do cidadão consciente e capaz de um pensamento crítico e criativo”.

Desse modo, percebe-se a relevância da biblioteca escolar na formação do/a indivíduo/a e como, se usada apropriadamente, pode atuar como instrumento no estabelecimento de discussões sobre as mais variadas temáticas, incluindo-se aqui a racial e a indígena. E, a partir dessas discussões, funcionar como ambiente de diálogo e como elemento na construção de uma educação antirracista no Brasil e no mundo.

4 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR E A LEI 10.639/03

A biblioteca escolar, por definição, é um espaço que demanda profissional habilitado/a em sua gestão, conforme estabelecido pela lei federal 12.244/2010 (BRASIL, 2010), sendo o/a gestor/a responsável pelo planejamento das ações a serem desenvolvidas (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 3).

É ele/a o/a profissional encarregado/a pela busca e recuperação da informação, de forma confiável e baseada nas necessidades de seus/as usuários/as (ASSIS, 2018), incentivando-

os/as a serem autônomos/as e independentes dentro do ambiente da biblioteca escolar (KUHLETHAU, 2013).

E a presença desse/a profissional dentro das bibliotecas escolares oferta várias possibilidades, tanto no desenvolvimento de ações voltadas para a relação de ensino-aprendizagem quanto na mediação e fomento de discussões voltadas para as mais variadas temáticas dentro do espaço.

Ao enxergar a biblioteca como o centro de investigação citado por Hillesheim e Fachin (1999), o/a bibliotecário/a pode incentivar questionamentos sobre a estrutura social, o racismo estrutural presente em nossa sociedade, as desigualdades sociais vivenciadas no Brasil e outras questões relevantes para a formação social dos/as usuários/as do espaço, visto que “poucos assuntos relacionados à diversidade cultural têm sido expostos nas bibliotecas escolares, invisibilizando culturas, priorizando uma única, hegemônica, eurocêntrica” (LIMA; CARDOSO, 2013, não paginado).

Para poder estabelecer essas questões, o/a bibliotecário/a precisa conhecer os dispostos legislativos sobre a temática racial e indígena, bem como os dispostos no Manifesto IFLA/Unesco para Biblioteca Escolar. Uma das principais legislações voltada para a temática racial é a Lei 10.639/03, que modificou a Lei nº 9.394/1996, ampliando as diretrizes e bases da educação nacional em relação à História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2003), em seu artigo 26-A, que passa a afirmar:

Art. 26-A, § 1º. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. [...] (BRASIL, 2003, s.p.).

Em 2008, houve uma alteração na lei 10.639/03 pela Lei 11.645, de março de 2008, que passou a “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’” (BRASIL, 2008, não paginada).

Além delas, foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, o parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004, voltado para:

os administradores dos sistemas de ensino, de mantenedoras de estabelecimentos de ensino, aos estabelecimentos de ensino, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade (BRASIL, 2004, p. 9).

A partir disso, foi decretada a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (BRASIL, 2004, p. 31). Essas diretrizes são um “conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro” (BRASIL, 2004, p. 5).

Para Lima e Cardoso (2013, não paginado), essas legislações apontam “para a institucionalização de uma política de diversidade cultural na Educação e servem de estímulo para repensar os espaços escolares, particularmente, a biblioteca escolar”.

Sendo conhecedor das legislações vigentes e aplicando-as, o/a bibliotecário/a pode atuar como mediador/a dessas discussões, tornando-o/a elemento fundamental na construção de uma sociedade antirracista, já que “com a disseminação ideológica da democracia racial, estereótipos e preconceitos são fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, em especial a escola” (LIMA; CARDOSO, 2013).

É importante avaliar, inclusive, que grande parte dos/as profissionais da educação ainda desconhecem a história africana e a cultura afro-brasileira e não inserem essas questões em suas práticas pedagógicas, fato, que, indiretamente, auxilia na propagação de ideias e comportamentos racistas (VALÉRIO; SILVA, 2017, p. 132)

Desse modo, a partir das ações enfatizando o protagonismo negro e enfatizando o recorte racial, o/a bibliotecário/a escolar pode minorar o racismo no país, ao mesmo tempo em que enfoca a importância da população negra e indígena na construção da sociedade brasileira (SILVA; BERNADINO; SILVA, 2014), de modo que os estigmas vindos da colonização possam ser combatidos.

Acervos formados com literatura não hegemônica, conteúdo diverso e inclusivo fomentam discussões sobre a forma com que a sociedade enxerga o povo negro e o indígena, estimulando o protagonismo negro e criando as bases para a construção de uma educação antirracista. Esses materiais presentes no acervo permitem que os/as usuários/as conheçam obras voltadas para as realidades deles, suas vivências e histórias, sendo obras que talvez jamais sejam conhecidas por eles se não fosse a biblioteca escolar com acervo condizente à Lei 10.639/03 (MUNANGA, 2008).

De fato:

A existência deste tipo de literatura, colabora para a formação leitora dos(as) estudantes, visto que saber do outro possibilita a ampliação de visão do mundo. Como também, ter suas culturas e histórias representadas nas obras literárias, contribui para construções identitárias (FONTES, 2019, p. 116).

E, a partir dessa formação, fica cada vez mais claro que essa educação antirracista deve incluir a todos/as, e não só os/as estudantes. É necessário que todos/as sejam antirracistas, ou seja, não basta não ser racista, é necessário debater, criar ações que minimizem o racismo e o preconceito, especialmente quando pensamos nas bibliotecas escolares.

É importante que todos os membros da sociedade atuem enfaticamente contra o racismo e o preconceito (CAVALLEIRO, 2001; SANTOS, 2001; SANTOS, 2007). E é a partir dessas ações de combate ao racismo e de incentivo ao protagonismo negro dentro da biblioteca escolar que se pode vislumbrar maneiras de minimizar o racismo estrutural em nossa sociedade, ainda que a longo prazo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando pensamos nos objetivos listados pelo Manifesto IFLA/Unesco para bibliotecas escolares, três nos chamaram a atenção: “prover acesso em nível local, regional, nacional e global aos recursos existentes e às oportunidades que expõem os aprendizes a diversas idéias, experiências e opiniões”; “organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade”; “proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais à formação de

cidadania responsável e ao exercício da democracia” (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 2-3).

Com base neles, é possível observar como é a atuação do/a bibliotecário/a dentro de bibliotecas escolares e como a formação e desenvolvimento de acervos pautada na Lei 10.639/03 pode influir positivamente na formação social, cognitiva e intelectual dos/as usuários/as dessas bibliotecas. De fato, ao desenvolver o fazer educativo, o/a bibliotecário/a deve objetivar:

a democratização da informação a toda a comunidade escolar. Com responsabilidade, saindo da inércia rotulada do passado, com consciência política, atuando em prol da coletividade, visando a incorporação de novas práticas nas atividades profissionais, colaborando para que a biblioteca, como toda a escola, possa caracterizar-se como um local onde todos(as) tenham acesso à informação e ao conhecimento de forma justa e igualitária (FONTES, 2019, p. 50).

Ao utilizar sua formação como instrumento para formar e desenvolver um acervo condizente com uma educação antirracista, cumpre-se o primeiro objetivo grifado do Manifesto IFLA/Unesco para a biblioteca escolar: o provimento de materiais informacionais diversos e multiculturais, que representem a esses indivíduos a maior quantidade possível de realidades a se conhecer e debater e, ao mesmo tempo, valorizando a História e Cultura Afro-Brasileira e apontando seu real papel na formação da sociedade brasileira (OLIVEIRA, E., 2019; CAVALLEIRO, 2001; SANTOS, 2001; SANTOS, 2007).

Autoras como Pontes (2019) apontam ainda que o tema precisa ser abordado dentro das bibliotecas escolares, pois:

O público atendido nas escolas é composto das mais diversas culturas e etnias, essas não sendo representadas acabam invisibilizadas, causando, muitas vezes, o fracasso e a evasão escolar. A ausência da abordagem deste tema contribui para a perpetuação do racismo e outras formas correlatas de discriminação. A presença da temática tornará a biblioteca um espaço democrático onde, especialmente os estudantes, encontrarão sua cultura representada (FONTES, 2019, p. 51).

Assim, o uso desses materiais dentro da biblioteca escolar, mediados pelo/a bibliotecário/a, permitem que os/as estudantes se sintam pertencentes ao ambiente, e conseqüentemente, aceitos/as (OLIVEIRA, E., 2019).

O segundo objetivo se enlaça aos dispostos da Lei 10.639/03 quando refletimos sobre a promoção da leitura dentro das bibliotecas escolares e sobre os debates possíveis dentro do ambiente, a partir do desenvolvimento de ações culturais, atividades como: hora do conto sobre personagens negros/as e indígenas; apresentação das lendas de matriz africana e sua religiosidade; contações de história voltadas para a valorização do/a negro/a e do indígena, de seus traços e origens.

Ações como essa estimulam a “tomada de consciência cultural e social” estabelecida no Manifesto IFLA/Unesco para bibliotecas escolares (INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION, 1999, p. 2-3), ao mesmo tempo em que façam com que a comunidade escolar se sinta incluída e aceita, tendo suas diferenças respeitadas e conhecendo novos/as personagens com que possam se assemelhar (OLIVEIRA, E. 2019), em busca da educação antirracista proposta por Cavalleiro (2001).

Já o terceiro objetivo destacado pode ser aplicado quando pensamos na aplicação prática da formação e desenvolvimento de acervos com base na Lei 10.639/03, pois a ampliação dos temas a serem trabalhados com os/as estudantes dentro das escolas (BRASIL, 2003), e conseqüentemente, dentro das bibliotecas escolares estimula o debate sobre a construção frágil de nossa democracia, dos problemas decorrentes de uma colonização que inferiorizava raças não brancas e fomenta o acesso, o uso e a disseminação da informação a todos/as, cumprindo os princípios democráticos presentes no Manifesto IFLA/Unesco.

Segundo Campos e Valério (2021), o aumento das desigualdades sociais no país está diretamente relacionado com o racismo estrutural existente no Brasil, devendo ser combatido através da educação. Para os autores “a educação, por meio de ações pedagógicas, pode ser um dos caminhos para a redução de preconceitos, discriminações e racismos que afetam grupos historicamente discriminados, promovendo o avanço social” (CAMPOS; VALÉRIO, 2021, p. 106).

Não obstante:

Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2004, p. 18).

Com base no disposto até aqui, é possível concluir que utilizar materiais voltados para a História e Cultura Afro-Brasileira na formação e desenvolvimento de acervos dentro de bibliotecas escolares, pode auxiliar na luta contra o racismo e na construção de uma sociedade antirracista, estimulando o protagonismo negro e a multiplicidade de conhecimentos sobre as variadas raças e culturas dentro da biblioteca e da instituição de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As desigualdades no Brasil têm raízes históricas e feridas ainda profundas. Apesar do mito das “três raças” – o branco, indígena e o negro – afirmar que a construção do país se deu de forma igualitária pelos três povos, a realidade é que nosso país foi construído com base em escravidão, genocídio e desvalorização das culturas negra e indígena.

O estereótipo do/a negro/a “vagabundo/a”, “preguiçoso/a” e “inferior” moldou nossa sociedade e causa grandes estragos até hoje. O racismo influi em suas vidas diariamente e afeta suas rotinas, seus sonhos e suas histórias. E por isso, ações como a Lei 10.639/03 são tão importantes.

Ao fomentar a criação de acervos e conteúdos voltados para a História e Cultura Afro-Brasileira, é possível estabelecer discussões sobre as raízes do racismo no Brasil, seus impactos e dirimir certos preconceitos advindos pela falta de conhecimento. É poder “desnormalizar” certos comentários e opiniões arraigadas na sociedade, explicando como elas foram criadas e o porquê afetam tanto a população negra e indígena.

É permitir que o/a bibliotecário/a seja agente ativo/a na construção de uma educação antirracista, permitir que o protagonismo negro seja estimulado desde a infância e fomentar o desenvolvimento de ações voltadas para o combate ao racismo dentro da biblioteca escolar.

E ao se inserir uma formação e desenvolvimento de acervos que observe essas questões e trabalhe a temática racial e indígena, a biblioteca escolar amplia seu potencial formador e se torna, verdadeiramente, uma instituição que estimula a educação antirracista, ao mesmo

tempo em que atue como suporte informacional para toda a comunidade escolar no que diz respeito à temática racial.

AGRADECIMENTOS

A quem nos lembram todos os dias que somos nós por eles e eles por nós!

REFERÊNCIAS

ASSIS, Tainá Batista de. Perfil profissional do bibliotecário: atual e desejado. In: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves. *Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade*. Brasília: Ipea, 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 de mar. 2022.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF, out. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 29 de mar. 2022.

BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.

BRASIL. *Lei 12.244, de 24 de maio de 2010*. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF, 24 maio 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em 16 mar. 2022.

BRETAS, Maria Luiza Batista. *Ler é preciso: políticas de fomento à leitura, perspectivas e desafios*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2014.

CAMPOS, Arthur Ferreira; VALÉRIO, Erinaldo Dias. AYA Biblioteca: investigação para a encontrabilidade da informação étnico-racial. *iência da Informação em Revista*, Maceió, v. 8, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/cirev.2021v8n2g>

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. (org.). *Racismo e anti-racismo na educação*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 151-160.

COSTA, Jéssica Fernandes. *O papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem*. 2013. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FONTES, Sandra Regina. *Educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares da rede de ensino de Florianópolis: olhares e percursos*. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; FACHIN, Gleisy Regina Bóries. Conhecer e ser uma biblioteca escolar no ensino-aprendizagem. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 4, n. 4, 1999.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION (IFLA). UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar*, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em 19 mar. 2022.

KUHLTHAU, Carol. *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Educação e diversidade cultural: a Lei Federal 10.639/03 e os acervos de bibliotecas escolares do município de São José-SC. *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação-FEBAB*. Florianópolis/SC, 2013. p. 317-332.

MAROTO, Lucia Helena *Biblioteca escolar, eis a questão! Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, 2008.

NÓBREGA, Nanci Gonçalves. No espelho, o trickster. In: SANTOS, Fabiano dos.; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tania M. K. *Mediação da leitura: discussões e alternativas para a formação de leitores*. São Paulo: Global, 2009.

OLIVEIRA, Emily Mendonça de. *Práticas de leituras antirracistas na escola pública*. 88f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

OLIVEIRA, Larissa Rosa de. *As políticas públicas de acesso à informação e de incentivo à leitura e sua aplicação na biblioteca escolar*. 2022. 195 p. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO.

OLIVEIRA, Larissa Rosa de. *Parceria bibliotecário e professores na mediação de práticas leitoras: estudo de caso de uma escola municipal em Aparecida de Goiânia – Goiás*. 2019. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Informação e Comunicação. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18450>. Acesso em: 01 abr. 2022.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 413-431, dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.151>.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e anti-racismo na educação*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97-113.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Brasília. Universidade de Brasília, 2007. 554 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Cláudia Emídio da; BERNADINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina da; História da Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares. *Biblioteca Escolar em Revista*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1-16, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106595>.

SILVA, Márcio Ferreira da. Desafios contemporâneos à biblioteca escolar: as representações à edificação das identidades. In: PIMENTA, Jussara Santos; HUBNER, Marcos Leandro Freitas; HENRIQUES, Hélder; SILVA, Márcio Ferreira da (org.). *Biblioteca escolar: memória, práticas e desafios*. Curitiba: CRV, 2018.

SILVA, Rovilson José da. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.). *Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 43, p.64-83, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: 22 abr. 2022.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Dávila Maria Feitosa da. Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri – UFCA. *REBECIN*, v.4, n. esp., p. 132-145, 2.sem.2017.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

VIANA, Lilian; PIERUCCINI, Ivete. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v.8, n.2, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/119694>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011. Disponível em: <https://www.atfcursosjuridicos.com.br/repositorio/material/3-leitura-extra-02.pdf>. Acesso em 3 mar. 2022.

